

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS - 02

**SOFRIMENTO INFANTIL CONTEMPORÂNEO:
CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA**

Carlos Eduardo Soares Reis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5104-7277>.

E-mail: reis_phb@hotmail.com.

Lana Veras de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1744-652X>.

E-mail: lanaveras@hotmail.com.

Resumo: Diante das influências que o estilo de vida contemporâneo é capaz de imprimir na formação das subjetividades, questiona-se como as formas de sofrer das crianças podem ser reflexos dos vários pilares que sustentam a sociedade atual. Assim, o presente artigo objetiva descrever as concepções de estudantes de Psicologia de uma universidade pública do interior do Piauí sobre o sofrimento infantil contemporâneo. Para isso, foram realizadas entrevistas abertas, que passaram pela análise de conteúdo, com cinco alunos em fase final de graduação. Emergiram quatro categorias que demonstraram que as concepções dos graduandos consideram os valores capitalistas, a cultura do consumo, a patologização da vida e a “ausência dos pais” como pontos-chave para o sofrimento infantil. Diante disso, percebeu-se uma visão crítica dos estudantes ao analisar o problema de maneira mais abrangente e não se restringir apenas à interpretação do sofrimento como desequilíbrio químico. Além disso, os resultados dão margem para reflexão das influências do estilo de vida atual e sua necessidade de mudança, como também, alertam quanto à necessidade de uma prática profissional que não se conforme acriticamente com a força do mercado.

Palavras-chave: Infância. Contemporaneidade. Sofrimento.

CONTEMPORARY CHILDHOOD SUFFERING: PSYCHOLOGY STUDENTS' CONCEPTIONS

Abstract: Faced with the influences that the contemporary lifestyle is capable of imprinting on the formation of subjectivities, it is questioned how children's ways of suffering can be reflections of the various pillars that sustain today's society. Thus, this article aims to describe the conceptions of psychology students from a public university in the interior of Piauí about contemporary child suffering. For this, open interviews were carried out, which

POLÊM!CA

LABORE



Polêmica - Revista Eletrônica da Uerj - Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar
bloco D, sl.1001 • Tels.: +55 21 2334-4088 / 4087 • <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/index>
<http://www.labore.uerj.br> • laboreuerj@yahoo.com.br

underwent content analysis, with five students in the final stage of graduation. Four categories emerged that showed that the undergraduates' conceptions consider capitalist values, consumer culture, the pathologization of life and the "absence of parents" as key points for children's suffering. In view of this, a critical view of the students was perceived when analyzing the problem in a more comprehensive way and not being restricted only to the interpretation of suffering as a chemical imbalance. In addition, the conceptions give scope for reflection on the influences of the current lifestyle and its need for change, as well as warning about the need for a professional practice that does not conform uncritically with the strength of the market.

Keywords: Childhood. Contemporaneity. Suffering.

Introdução

O filósofo coreano Byung Chu Han (2017) afirma que cada época forja seu próprio sofrimento e não é difícil constatar que depressão e ansiedade são marcas perniciosas da vida contemporânea. Não à toa, comumente vemos ou ouvimos nas grandes mídias relatos e histórias de pessoas que superaram ou ainda convivem com esses padecimentos. Como consequência, os especialistas dos campos da Psicologia e Psiquiatria são frequentemente convocados para dar pareceres acerca desses problemas (MARTINS *et al.*, 2012). Embora possam comportar perspectivas diversas sobre o mesmo tema, os discursos desses campos se disseminam em meio à sociedade, auxiliando na construção de concepções sobre saúde mental e sofrimento psíquico.

Atualmente, a concepção hegemônica sobre o assunto se ancora em uma perspectiva biomédica, segmentada em diagnósticos de transtornos mentais e intervenções farmacológicas calcadas na teoria dos desequilíbrios bioquímicos (WHITAKER, 2017). Quando se trata de crianças, por exemplo, o diagnóstico mais popular é o Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a intervenção prescrita é o uso do metilfenidato, comercialmente vendido como Ritalina (THIENGO *et al.*, 2014), cuja comercialização no Brasil aumentou cerca de 6.322%, entre os anos de 1996 e 2012 (BARROS, 2014), indicando, claramente, um crescimento da oferta devido à grande demanda.

O entendimento da dimensão biológica é muito importante para a compreensão mais abrangente do sofrimento, contudo, as influências sociais e culturais sobre ele não podem ser lançadas no esquecimento. Elementos como a busca incessante pela felicidade plena, a apologia ao desempenho, a medicalização e a patologização da vida (BAUMAN, 2001; PERRUSI, 2015; GAUDENZI, 2018) não podem ficar de fora das análises, ainda mais quando se referem às crianças.

Portanto, visto que a Psicologia é um campo que se debruça sobre essas questões e que os discentes certamente serão demandados acerca desse assunto, quando se tornarem

profissionais, o presente artigo descreve as concepções de estudantes de Psicologia de uma instituição de ensino superior pública do interior do Piauí, acerca do sofrimento infantil contemporâneo.

Método

O presente estudo – autorizado no dia 29 de junho de 2020 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí (CAEE: 24952719.1.0000.5214) – é decorrente do projeto de mestrado vinculado à linha *Psicologia, Saúde Coletiva e Processos de Subjetivação* do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPA). Ela segue um delineamento qualitativo de cunho descritivo que utilizou a entrevista aberta (GASKELL, 2015) como instrumento de produção de conhecimento.

Os sujeitos da pesquisa foram cinco alunos (2 homens e 3 mulheres) de Psicologia da UFDPA, localizada no município de Parnaíba (Piauí), que estavam entre 8º e o 10º período. Quatro deles tinham experiência com estágio supervisionado e outro estava aguardando as aulas presenciais retornarem para iniciar. A seleção ocorreu por meio de convite virtual enviado para os grupos de turma. Aqueles que aceitaram participar voluntariamente foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido feito por meio de formulário online. As entrevistas abertas foram realizadas via videochamada, através de um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo, para *smartphones*, devido ao distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19.

Todas as entrevistas começaram com a seguinte pergunta disparadora: “*O que você acha que faz as crianças sofrerem hoje?*”. Com o livre desdobramento da entrevista, as informações obtidas por meio dela foram analisadas conforme a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), gerando quatro categorias apresentadas a seguir.

Resultados e discussão

Categoria I - “O sistema produtivo cobra que a gente seja perfeito”: como os valores capitalistas atingem as crianças?

Para entender o motivo dos alunos terem associado o “sistema produtivo” capitalista com o sofrimento das crianças é preciso evidenciar a centralidade do *trabalho* na vida do indivíduo contemporâneo.

Ter emprego é a parte fundamental deste “sistema produtivo”. É a partir dele que os seres humanos trocam suas habilidades e competências por dinheiro, e este é trocado por bens de consumo. A interdependência das partes forma o que chamamos de “sistema”. Querendo ou não, todos nós estamos envolvidos nele em algum grau e, quando qualquer parte do sistema começa a falhar, as consequências disto atingem principalmente quem está na margem.

O grande problema é que a maioria esmagadora das pessoas que habita esse mundo está na margem (SANDEL, 2016). Se fizermos uma analogia, o capitalismo é como um jogo. Ele tem regras que podem ser maleáveis para alguns e rígidas para outros e há “perfis” de jogadores: experientes, inexperientes, trapaceiros, viciados, os que não se adaptam as regras etc.

Como em todo jogo, há uma racionalidade específica que alguns acompanham e outros não. Esse ponto é de fundamental importância para entender a relação disso com o sofrimento infantil apontado pelos estudantes, pois o capitalismo não é um jogo inclusivo e, para muitos, começa-se jogando em desvantagem. Portanto, um jogo que não é para todos vai gerar forte descontentamento e, infelizmente, uma grande massa de miséria.

Outro ponto a ser colocado é que, nesse jogo, as regras e os fundamentos não são tão cultuados quanto o desempenho dos jogadores. Ou seja, não importa as condições impostas, o que vale é a *capacidade de lidar com os desafios*. Denomina-se isso de meritocracia (SANDEL, 2020). Essa ênfase no mérito diz muito sobre os fundamentos desse sistema. Primeiro, porque diz ao indivíduo que ele precisa desenvolver as “habilidades e competências” necessárias e alcançar um “desenvolvimento pessoal” satisfatório e, de preferência, o mais rápido possível (tempo é dinheiro).

Além disso, ressalta-se que o capitalismo é um jogo apostado. Não se pode apenas assistir ou ficar de fora. A mensagem subliminar diz que é preciso apostar alto, se quiser se destacar no jogo. Por isso, “empreender” e “investir” são palavras-chaves. Não à toa que a

característica do empreendedor é “gostar de desafios”, “não temer o fracasso” e “investir com inteligência”. Quem tem o “sucesso” aposta bem e tem alto retorno. Por outro lado, os fracassados da sociedade do cansaço (HAN, 2017) são obrigados a apostar, perdem e ainda saem devendo. Mesmo assim, precisam continuar jogando indefinidamente.

Agora, é preciso observar que esse não parece ser um jogo para crianças. Afinal, se considerarmos que a primeira peça do sistema seria o emprego, teoricamente, a criança não poderia participar já que não tem dinheiro para apostar. Nesse caso, se as regras do jogo não podem ser aplicadas explicitamente, elas são colocadas implicitamente. Quer dizer, já que elas não podem jogar de fato, ao menos elas podem ser treinadas para tornarem-se boas jogadoras no futuro.

Nesses termos, pode-se ressaltar o fenômeno da *hiperocupação*, cada vez mais evidente na rotina das infâncias de classe média/alta, como reflexo da *pré-ocupação* dos pais em prepararem essa criança para o jogo que predomina na vida adulta, como também uma amostra do estilo de vida demandado pela racionalidade dominante. Nas palavras dos participantes:

[...] creio que isso (o sofrimento) venha através das inúmeras tarefas que são atribuídas às crianças porque os pais não conseguem tá em casa, por exemplo. [...] eu acho que isso gera bastante sofrimento nas crianças [...] essa sobrecarga de responsabilidade, vamos dizer assim, em cima delas (P2).

Eu acho que a criança tem que ter um pouco mais de liberdade. Assim, não que eu ache que as atividades extracurriculares não sejam boas, mas eu acho que *muitas* né... (expressão de discordância) (P1).

Essa rotina milimetricamente planejada funciona como uma espécie “rito de preparo” que tenta mimetizar a dinâmica laboral adulta. Retornando à analogia do jogo, as crianças são preparadas para desenvolver certas características como a individualidade, a alta *performance*, a tenacidade laboral e o senso de autoeficácia, para que possam ser boas competidoras. Segundo Caponi e Daré (2020), o sucesso na ótica neoliberal é visto como o constante investimento em si, numa espécie de autotreinamento que prepara o indivíduo para as batalhas que ele irá enfrentar, na busca pela superação.

Isso é parte de uma racionalidade neoliberal que transporta valores empresariais para a vida cotidiana (HAN, 2017). Para os estudantes, o sistema produtivo pressiona os pais a atribuírem diversas atividades extras para filhos, ora por necessidade de trabalhar, ora por já terem sido capturadas pela necessidade de *performance*:

[...] a criança já faz curso de inglês, faz natação, vai pra escola, faz tudo. A criança passa o dia fazendo coisa. Eu já ouvi uma vez numa sala de espera: ‘é pra ela chegar cansada, porque eu já passei o dia trabalhando e vou morrer de cansada, eu tenho que descansar! [...] eu tô aproveitando a criança... eu tô *investindo* nela, mas ao mesmo tempo, eu tô me dando tempo pra descansar’. É um pouco até violento (excesso de tarefas) com a criança, entende? A criança não ter aquele tempo pra ela ficar fazendo coisas que ela gostaria de fazer (P3).

Nessa lógica do investimento as crianças introjetam essa ideia do “empresário de si” e são, aos poucos, impelidas a aperfeiçoarem seu rendimento escolar, seus corpos, sua aparência, para não ficarem à margem do funcionamento do sistema. O efeito colateral dessa lógica é que elas “serão constantemente responsabilizadas por esses resultados, visto que a fonte de toda a eficácia está no indivíduo” (CAPONI; DARÉ, 2020, p. 312). Essa responsabilização excessiva parece gestar um sentimento de insuficiência ou agressividade segundo a observação de alguns participantes:

[...] ele (parente) cobrava muito dela (criança), porque... até nessa questão da letra né, que ele falava muito coisas assim: “tua letra é feia. Ah, isso aqui tá errado!”. Ficava reforçando muitas coisas negativas e isso podia gerar cobrança nela” (na criança) (P1).

E também alguns pais né, eles tratam a criança como... assim... a criança já fala algo aí falam: “se você não fizer a tarefa eu vou te bater” ou “se você não fizer isso eu vou te tomar seu celular”. Então a criança vai internalizando aquilo ali. Ela vai vendo que aquilo, aquela agressividade [...] (P3).

A modelação das crianças para encarar o mundo adulto é facilmente observada no cotidiano e elas, muitas vezes, têm seus momentos de resistência e insurgência contra essa força que as molda. Não raro, as crianças se negam a frequentar a escola, a banhar, escovar os dentes e fazem perguntas desconcertantes a respeito da necessidade de fazerem aquilo que nós, adultos, fazemos.

Segundo Guattari (2001) essa modelação da subjetividade começa cedo e tem sua função alinhada aos interesses do capitalismo mundial integrado que almeja um processo de subjetivação condizente com os interesses econômicos e financeiros. A partir desse interesse, o foco do poder incide sobre dispositivos que produzem signos (como é o caso das mídias e da publicidade) que auxiliem na modelação das subjetividades. A competitividade, por exemplo, é uma característica que se destaca como observa um participante:

[...] os pais gostam de ficar *disputando* né, qual o filho mais inteligente [...] ‘olha ela faz aula de balé; faz aula de inglês [...] tô tentando consertar a letra dela que é muito feia, tô colocando ela pra fazer caligrafia’ [...] ficam meio que *competindo* assim: ‘ah,

o meu já anda’, ‘olha, o meu já faz não sei o que’ [...] E aí eu vejo que isso é de muito cedo, sabe? [...] tem muito essa pressão na infância (P1).

A pressão da competitividade é uma das marcas do mundo contemporâneo. Além de impelir o indivíduo a sua máxima força para sobreviver, o mantém acompanhado de um medo constante. Nenhum responsável pela criança quer vê-la ficando “para trás” nesse jogo do capitalismo. “Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita, ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 323).

Um dos objetivos dessa lógica é fazer com que a subjetividade empreendedora se espalhe e se torne naturalizada para que o sujeito se esforce ainda mais para se adaptar a essa nova racionalidade. Dessa forma, o currículo da criança é construído o mais cedo possível assim como sua racionalidade, dando lugar a uma *neoinfância*, individualista, sobrecarregada, triste e ansiosa (CAPONI; DARÉ, 2020).

Considerar as crianças como mercadorias em processo de aperfeiçoamento para um futuro que talvez nem exista parece ter os ingredientes necessários para o sentimento de insuficiência, autocobrança exagerada, medo e culpa excessivos. O *neosujeito* é o único responsável pela alegria da vitória como também pela tristeza da derrota, enaltecendo a ideia de mérito e desconsiderando a conjuntura social (DARDOT; LAVAL, 2016).

Interessante notar que um dos participantes salienta que a infância multiatarefada não é realidade de todas as crianças:

[...] se a gente for parar pra pensar em famílias com renda baixa isso não vai existir sabe? As crianças vão ter que ficar só sim! Vão ter que passar mais tempo até na rua, brincando na rua, porque os pais vão tá ausentes, porque a mãe passa o dia fora trabalhando e não tem condições de colocar numa creche, numa aula de inglês etc., etc. Então, acho que isso vai variar bastante da renda econômica da família (P2).

As crianças oriundas da classe trabalhadora “[...] não frequentam *escolas* de natação, de música, de dança [...]. O cotidiano delas é marcado pela socialização no espaço doméstico e da rua, em que usufruem maior liberdade do corpo [...]” (ARENHART; SILVA, 2014, p. 77). Essa maior “liberdade” pode ter sério risco, para crianças que se encontram sozinhas, trafegando nas ruas da cidade ou nas “ruas da internet”, vulneráveis a conteúdos como o jogo da “baleia azul”,

os desafios da boneca “Momo” ou até mesmo a falsas promessas de abusadores sexuais e pedófilos.

Dessa maneira, essa concepção expõe que o sofrimento da criança classe média/alta não gira em torno dos mesmos problemas na criança pobre. A criança de baixa renda é obrigada a “amadurecer” precocemente por uma série de outras responsabilidades que lhe são delegadas, como cuidar do irmão mais novo ou ajudar os pais nos trabalhos domésticos. Assim, a “adultização” para as crianças ricas é fruto do excesso de atividades extracurriculares e para a criança pobre é o excesso de atividades para sua sobrevivência e de seus familiares.

Categoria II – “Quem se beneficia é a indústria de consumo”: a cultura do consumismo e as implicações na infância

Por que, para os estudantes, o ato de consumir tem relação com o sofrimento infantil? No ato em si, nada. Estamos consumindo alguma coisa a todo instante; informação é um exemplo inegável. Daí, retiramos que o problema não está no ato e nem no objeto, especificamente. Então, onde está o incômodo? Primeiro, quando falamos em consumismo nos referimos ao consumo exacerbado, apesar de que para medir o exagero há diferentes réguas. Segundo, existem objetos que, dependendo do contexto, é admirável consumir. Se uma criança for ao shopping comprar livros pode ser que provoque mais admiração do que se ela gastasse o mesmo tanto com lanches ou jogos eletrônicos. Afinal de contas, independente do que se compra, de que maneira isso suscita sofrimento? Isso é complexo porque, geralmente, as pessoas se alegram, quando compram algo que corresponde aos seus anseios. A questão é: e quando não corresponde? Quais são os anseios ligados ao consumismo? O sofrimento transita exatamente aqui.

Um dos participantes observa a relação entre os interesses comerciais da indústria, a publicidade e o nascimento do desejo:

[...] (a criança) começa a falar e já começa a desejar: “Eu quero! Eu quero!”. Eu vejo [...] que quem se beneficia disso é a [...] indústria de consumo infantil [...]. Agora eu não vejo mais, mas antigamente você tinha muito no horário da manhã que algumas emissoras fazia propaganda de brinquedo. Aquilo vai *impondo* na criança o desejo [...] só vai *implantando* o desejo, né? (P1).

Mesmo que seja precipitado afirmar que o desejo é gerado pelas propagandas, podemos dizer que a maneira como a mercadoria é “enfeitada” na publicidade infantil obedece a uma só

meta, a saber, a venda do produto. Por isso, o uso do termo “beneficia”, pois, na realidade, quem produz a mercadoria quer se beneficiar com o lucro e o dever da publicidade e propaganda é criar o fato “encantamento”, para que o desejo desperte e seja direcionado àquilo (ROVERI; SANTOS, 2016).

A criação de uma subjetividade consumista e desejante é peça essencial para o funcionamento do sistema econômico capitalista. Contudo, a questão ética que perpassa a discussão é que tal modelagem do desejo é, muitas vezes, uma estratégia covarde de direcionamento das preferências infantis por alguns produtos e identidades visto que estamos cercados de signos que apelam para necessidade de consumir porque “sempre está faltando algo em nossas vidas”. No caso das crianças, isso é mais preocupante, pois, dependendo da idade, é difícil discernir necessidade do desejo excessivo. Não à toa, a participante utiliza palavras como “implantando” e “impondo”, para indicar que certos conteúdos são assimilados mesmo sem inclinação voluntária.

Como diz Guattari (1985), a iniciação às semióticas dominantes não está reservada a uma faixa etária definida e ocorre em tempo integral e, principalmente, por meio de recursos audiovisuais, modelando as crianças, de acordo com a cultural do capital. Ainda mais quando se trata dos dias atuais, quando há estratégias mais refinadas se comparadas ao poder limitado das emissoras de televisão. Isso é muito bem ilustrado pelo documentário *O dilema das redes* (RHODES; ORLOWSKI, 2020) que demonstra como nossas relações, preferências e escolhas são manipuladas pelas redes sociais, para fins específicos.

A força de tais influências faz parte da formação de certos padrões de referência, como observa outro participante:

[...] as crianças só têm referência também da cultura de desenhos, de música de pessoas brancas, loiras, brancas, então, eu vejo que desde cedo, né, essas crianças estão vulneráveis a modelos, né. A *Barbie*, né [...] loira de olhos azuis. [...] Mas se bem que eu já vi umas negras né... eu até me admirei. Mas continua com cabelo liso, por exemplo. Então, já vai impondo na criança ideais de beleza (P1).

Percebe-se que o problema do consumo é, além do excesso, o valor agregado ao elemento consumido. No caso da boneca, são os ideais estéticos que se naturalizam em padrões como se somente aqueles atributos pudessem ser considerados belos, enquanto outros quase não aparecem. A propagação de associações como a princesa sendo apenas loira de olhos azuis ou como a mulher que espera o homem no cavalo branco estimula a valorização de um modelo

e a deslegitimação e o esquecimento de outros modos de estar no mundo. A colaboradora da pesquisa exemplifica bem isso em uma experiência de estágio curricular:

[...] tinha uma meninazinha de cabelo crespo, ela não era negra, ela era branca, mas ela tinha um cabelo crespo e olhos castanhos. Aí eu tinha uma amiga, né [...] loira dos olhos verdes. E aí essa criança [...] começou a elogiar a minha amiga: “ah você é tão linda, é uma princesa, olha, seu cabelo é lindo”. Começou a elogiar muito né. Aí minha amiga falou assim né: “olha você também é muito linda”. Aí ela falou: “não, eu não sou linda. Meu cabelo é feio! (P1).

Com isso, o sofrimento incide naquelas crianças que não estão dentro desse padrão inventado pelas “emissoras”, pelas redes sociais, pelos *outdoors* das propagandas, pelas tendências da moda encontradas nas vitrines dos *shoppings*, pelas influências dos “criadores de conteúdos” mirins que são patrocinados por diversas empresas etc. O sofrimento passa, justamente, pela insistência de adaptação das crianças a esses modos dominantes de existir como se fossem os únicos. Como afirma outra participante:

Eu acho que existe um padrão, né, um padrão de como agir de como se comportar de como se vestir, de como se relacionar com Deus e de que Deus a gente deve se relacionar. [...] *Só que aí ela não é a única forma de viver*, nem a única forma de se comportar. Não é a única. [...] se eu saio de dentro disso [...] as instituições tentam me retornar pra dentro desse padrão, não é? E aí essa tentativa de retornar, de colocar de volta, eu acho que traz sim sofrimento porque, às vezes, [...] não é a forma como se *identifica* (P4).

Essa passagem demonstra uma postura crítica e de reconhecimento de outras formas de vida que, inclusive, podem influenciar na postura profissional dos estudantes para que não trabalhem estritamente a serviço da adaptação das crianças aos modelos dominantes, pois é nessa busca incessante por padrões estabelecidos socialmente e pelo consumo de mercadorias e identidades que pode residir parte do sofrimento infantil.

Por exemplo, na escola, a criança tem que ser quieta, tem que manter a atenção o tempo inteiro, como se fosse uma máquina ali sentada [...] a criança é muito ensinada a entender [...] um padrão de beleza que [...] a pessoa bonita é quem é branco, magro, nariz fino, rosto fino, cabelo liso...de...de...sexualidade de heterossexualidade, a pessoa tem que ser hétero, né (P4).

De fato, o mundo globalizado do capitalismo mundial integrado (GUATTARI, 1985) quer máquinas programadas para se adaptarem às exigências do mercado que, a cada dia, está mais conectado e demandando mais flexibilidade dos sujeitos. Então, o sofrimento da

neoinfância/criança-máquina é ligado a um tipo de “pedagogia”, pois, segundo a participante, ela é “ensinada a entender”.

É muito importante ressaltar que a Psicologia não pode se considerar fora dessa teia de influências. Ela está impregnada nos seus atores (estudantes, professores, profissionais) e se manifesta nas postagens que fazemos nas redes sociais para nos autopromover, nos nossos posicionamentos em debates, na atuação profissional com as crianças etc. Assim, cabe a reflexão sobre qual concepção de sofrimento iremos disseminar em nossas falas: responsabilizar apenas a criança ou denunciar as tramas sociais envolvidas?

Categoria III – “Tá na moda esse negócio de transtorno e a psicologia é cúmplice”: a patologização do ser criança.

Como discutido nos tópicos anteriores, no mundo “adultocêntrico” neoliberal, as crianças são, muitas vezes, consideradas máquinas em miniatura preparadas para alcançar o sucesso e a felicidade. A concepção dos estudantes sobre o sofrimento infantil levou em conta esses elementos como também evidenciou uma postura de desconfiança sobre a patologização e a medicalização de tais experiências e ainda levantou a questão sobre a Psicologia estar alinhada com esses fenômenos (como indica o título desta categoria).

Assim, a concepção de sofrimento foi praticamente unânime ao considerar que certas características da criança estão ganhando etiquetas com diagnósticos psiquiátricos de forma indiscriminada, conforme podemos ver no relato do primeiro participante:

TDH é outra *injustiça* que eu vejo que fazem com as crianças. Às vezes, a criança ééé... eu vejo, assim, que a criança não tem o transtorno, ela só é, sei lá, muito cheio de energia ou, então, muito comunicativa ou, então, ela precisa um pouco mais de estímulo. Aí ela é enquadrada [...] é muito danada, então, TDH. É muito lenta, TDA [...] eu vejo que a psicologia joga muito, né...essa moda de transtorno; a psicologia tá sendo cúmplice nesse crime (P1).

Para esse participante, o diagnóstico do transtorno/déficit é uma injustiça por não considerar outras características que podem ser próprias da criança, como sua capacidade comunicativa e seu excesso de energia ou, ainda, não levar em consideração que ela precise de uma abordagem diferente “com um pouco mais de estímulo”. Observa-se que o participante associou diretamente o exemplo do TDA (Transtorno de Déficit de Atenção) ou TDH (Transtorno de Hiperatividade) com os contextos de aprendizagem, que são os locais onde

começam as observações iniciais de que algo está “errado” com a criança, onde os primeiros “pré-diagnósticos” surgem para apontar que a criança “não está acompanhando” o modelo de ensino proposto (SIGNOR; SANTANA, 2020).

Percebe-se como as categorias deste trabalho estão ligadas, pois a escola, já capturada pelos valores dominantes, é uma das primeiras instituições onde a criança será inserida e a primeira esteira de produtividade que a criança terá que acompanhar. É a partir daí – mas não só nela – que a criança começa seu processo de apreensão dos modelos e padrões que regem a sociedade, podendo se tornar uma “mediadora no processo de patologização infantil” (BARBOSA, 2019, p. 3). Logo, se a criança não se adapta aos padrões vigentes, a interpretação dominante indica que ela deve ter algum desequilíbrio, déficit ou transtorno. Há um movimento de responsabilização de si, no diagnóstico de uma criança e um esquecimento sobre corresponsabilidade do entorno que a rege.

É nesse ponto que o primeiro participante aponta como “injustiça” a aplicação de certos diagnósticos que nomeiam os comportamentos da criança, sem considerar se esses não são uma forma de agir e reagir ao seu ambiente, se isso não é a manifestação de sua pluralidade que a faz única entre os outros. Além disso, ele faz uma afirmação (ou uma denúncia?) ao dizer que “a psicologia é cúmplice”, pois “ela joga muito essa moda”. Se a Psicologia dissemina essa moda, há uma possibilidade de a formação privilegiar esse olhar biomédico, voltado para o psicodiagnóstico e para os determinantes biológicos. Outra possibilidade é da Psicologia, ou melhor, os psicólogos e psicólogas, se alinharem ao pensamento dominante para serem mais favorecidos no mercado de trabalho.

Cabe destacar, por exemplo, as propagandas nas redes sociais fazendo referência aos transtornos, parcerias com psiquiatras para encaminhamentos, discursos individualizantes sobre o sofrimento, para que os clientes vejam os serviços psicológicos como a única solução para o sofrimento. Tudo isso faz com que o profissional atraia o público para si e, ao mesmo tempo, fique resguardado em sua atuação, afinal de contas, no pensamento hegemônico neoliberal, o sucesso e o fracasso competem à capacidade do sujeito; o mesmo vale para o transtorno que pertence à pessoa.

Dessa forma, os estudantes mostraram-se críticos a essa lógica e construíram suas falas em torno da necessidade de considerar os elementos que influenciam as crianças e não se conformaram, apenas, com a justificativa da classificação psiquiátrica.

[...] a gente entra muito já numa questão de medicalização [...] pegar coisas é... é da personalidade da criança, coisas naturais e transformar em questões médicas, sabe? Por exemplo, a criança é quieta demais: “ah, é autista” entende? [...] Então, é algo bastante complicado essa culpabilização da criança, entende? (P2).

Para o participante, a tendência em capturar características como a quietude ou introspecção e transformá-los em questões médicas pode gerar uma culpabilização sobre a criança, como se ela fosse a raiz dos problemas. Durante a entrevista, observou-se uma postura de inconformidade com tal tendência. Assim, é preciso ponderar:

[...] que são vários fatores a considerar, antes de dar um diagnóstico desse que aí vai levar a criança a tomar remédio [...] Eu já vi muita gente brigando em sala de aula por causa disso (risos). Tem gente que é a favor: “não, deu o diagnóstico e é necessário” e tem gente que diz assim: “não, tem que rever, eles são muitos novinhos” [...] se a gente, adulto, já se vicia em remédio pra dormir, em antidepressivo, que já são outros remédios que já causam danos se usar em grande quantidade ou por um longo período de tempo, né... imagina uma criança, né (P1).

A participante se refere ao fenômeno da medicalização compreendido como a expansão do saber-poder médico em diversas áreas da vida que antes não eram alvo de intervenção e o que tem como uma das consequências o uso excessivo e desnecessário de medicações pela sociedade (BARBOSA, 2019). Além da criança crescer com a convicção de que há algo de errado com ela devido à patologização precoce, corre-se o risco, segundo a estudante, como também para Robert Whitaker (2016) e Peter Gotzsche (2016) do uso indiscriminado ocasionar dependência em longo prazo e gerar mais sofrimento e incapacidade do que o próprio transtorno tratado.

Quanto às questões da patologização e medicalização é importante não reduzir o fenômeno ao mero uso de medicamentos, apesar de isso ser parte preponderante dessa tendência. Olhar além permite repensar a própria atuação da Psicologia de modo crítico e não repetir a mesma tendência para uma *psicologização* da existência, onde tudo se origina de um conflito interno a ser tratado. É claro que, do ponto de vista do mercado, tanto a medicalização quanto a psicologização são ótimas para os lucros, o que pode ser um dilema perigoso para o recém-formado: operar na ótica do mercado ou expor e disseminar um discurso não hegemônico e pouco atraente?

Categoria IV – “Estão terceirizando o cuidado dos filhos”: a temida ausência dos pais

Uma categoria que emergiu na fala de alguns estudantes foi a ausência dos pais como fator importante no sofrimento infantil contemporâneo. Percebeu-se uma postura reticente ao falar do assunto que pode estar ligada ao medo de “culpabilizar” os pais pelo sofrimento dos filhos. É um dilema muito delicado, pois os estudantes pareciam estar num conflito entre defender que os pais tinham uma corresponsabilidade sobre o sofrimento e, ao mesmo tempo, não exercer o papel de juiz que dá a eles a sentença de “culpados”. O trecho a seguir pode ilustrar melhor a situação:

Eu acho que seria a questão das ausências dos pais [...] acho que a ausência dos pais nada substitui [...] Jogar a responsabilização da educação do filho na escola: “ah, o meu filho tá muito mal educado em casa a culpa é da escola... não educam na escola”. Meio que uma “terceirização da educação da criança” [...] causa essa solidão, sabe? E meio que os pais não pegam a responsabilidade desses filhos pra eles [...] (P2).

O entrevistado percebe a falta dos pais como insubstituível e como geradora de solidão nas crianças. Para “tapar os buracos” (P2), os pais delegam a responsabilidade para terceiros, como a escola, por isso, o argumento de “terceirização da educação”. Embora o mesmo entrevistado reconheça as questões macrosociais que obrigam que os pais eduquem perfeitamente seus filhos em meio a toda demanda implacável por produtividade, ele faz uma crítica contundente como se existisse algo mais que os pais pudessem fazer para diminuir essa solidão:

Acho que os pais devem parar pra refletir: o quanto a educação, o cuidado do meu filho, tá sendo terceirizado? O quanto disso eu não tô pegando pra mim, para eu cuidar, entende? Então, eu acho que não dá pra gente tirar a culpa deles e botar, por exemplo, no sistema [...] é algo bem delicado. Bem complicado, mas que eu acredito que não dá pra tirar a culpa deles, mas que também não dá pra colocar a culpa inteiramente neles (P2).

A *reflexão* dos pais é tida como uma ferramenta importante para diminuir o prejuízo que a ausência gera nas crianças. O participante busca equilibrar a necessidade dessa reflexão com as justificativas que impedem os pais de tomarem para si algumas responsabilidades sobre os filhos. Inclusive tal concepção é atravessada pela própria vida pessoal que o entrevistado expõe para exemplificar seu ponto de vista:

Eu tenho um irmão. Eu vejo como é correria da minha mãe com meu irmão porque minha mãe trabalha o dia todo... ééé... então, minha mãe não pode ficar com meu

irmão, então, tem toda essa “correria”. Entende? Então, é muito complicado, bastante complicado (P2).

A terceira entrevistada assinala, de modo semelhante, que a ausência dos pais pode ser justificada pelo trabalho (“correria”), porém existem outros pormenores que os pais não executam nas relações com suas crianças:

[...] muitas crianças falam sobre essa ausência, sabe? [...] os pais estão substituindo essas brincadeiras, esse lazer que eles têm por um celular. “Dá o celular pro menino porque eu não posso ficar com ele”. “Ele tem que brincar e eu não tenho como”. Eu também não tô julgando aqui os pais, porque muitos precisam realmente trabalhar. Mas existe uma linha bem tênue aí entre esse trabalhar e deixar a criança assim (P3).

A tecnologia aparece como um elemento que interfere na relação dos pais e das crianças e que aumenta ainda mais a ausência. Podemos refletir com a fala da participante que a ausência não é necessariamente física; pode ser uma “não-presença” – uma espécie de ausência com corpo presente. Com os *smartphones*, o trabalho passou a acompanhar o indivíduo contemporâneo constantemente e, de fato, é uma realidade que muitos pais já estão presos na teia tecnológica e não sabem como se soltar. Portanto, a tecnologia se torna um novo membro da família (NEUMANN; MISSEL, 2019) que pode solapar a relação mais íntima entre adultos e crianças.

Eles tão meio que substituindo a figura deles por algumas atividades que eles poderiam tá fazendo com o filho quando tivesse uma folga ou um lazer por dá um eletrônico, um celular, um computador. [...] Tipo assim, ele não tem aquela... como eu tive...que quando eu queria brincar, eu brincava com o que? Com boneca, com quebra-cabeça [...] É muito diferente de você dá o celular pra uma criança e você mandar ela jogar, já tá tudo lá, ela vai só praticamente fazer os comandos do jogo [...] (P3).

Por vezes, é possível perceber que os participantes falam da sua própria infância para avaliar a infância atual. Tomar a própria infância como parâmetro é um risco, porquanto nega outras formas de viver e de ser criança. Além disso, subentende-se com essa comparação que a infância de hoje tem algo errado ou de pior do que a infância de ontem, o que impede de problematizar as mudanças culturais e tecnológicas da atualidade que moldam as subjetividades infantis. Nessa tendência de olhar para a própria infância, as crianças de hoje são vistas como pessoas que estão “perdendo algo” e não como pessoas em constante mutação:

Aí eu acho que ele perde mais nisso, nessas relações, nessa criação de vínculo com o social, com as pessoas mesmo, se expressar, desenvolver essa criatividade, sabe? [...]

Eu acho que ela perde mais de... de... tá em contato, estabelecer mesmo relações de afeto reais, assim, com outras crianças ou com as pessoas da própria casa [...] E outras brincadeiras que são do coletivo...no meu tempo tinha muito... negócio de correr atrás dos outros, “bandeira”, umas coisas assim... sou muito antiga, mas tinha muito (risos). (P3).

De fato, segundo Linhares e Teixeira (2017), é possível que as tecnologias isolem ainda mais as pessoas em sua individualidade e distancie o contato afetivo e social do face a face. Entretanto, a tecnologia veio para ficar e faz parte das transformações da vida familiar, assim como do esvaziamento do espaço público urbano. Como a participante afirma em um tom saudosista – “no meu tempo” – a dinâmica não é mais a mesma, inclusive, das brincadeiras coletivas. Isso tem que ser levado em consideração, para não ficar preso ao passado, pois ter como referência a própria infância pode indicar que o tema não tem sido colocado nas discussões e as transformações do mundo contemporâneo ocorrem depressa demais para pensarmos numa atuação pautada na comparação entre o profissional e a criança atendida.

Considerações finais

Desde cedo, a subjetividade é formada por uma lógica capitalista neoliberal que se aproveita de toda desorientação e descrença da humanidade, para incutir nas pessoas que a única saída para o niilismo no qual a sociedade caminha é o esforço próprio. A fé do sujeito contemporâneo é depositada apenas na sua individualidade e na capacidade de se adaptar às adversidades, pois o outro é visto como adversário. Aprendemos que consumir é o que nos legitima como seres sociais benquistos. Sem isso, somos uma mercadoria que não agrega valor, um produto com defeito de fábrica.

As crianças fazem parte dessa configuração e são facilmente modeladas para crescerem consumistas e preocupadas em se encaixar numa identidade valorizada. O sussurro das pressões sociais que, cada vez mais cedo, estão presentes na vida das crianças graças às telas e a rápida circulação da informação, faz com que percebam que existe um cabelo considerado feio e um considerado bonito, um *smartphone* bom e outro ruim, e um desempenho digno de aplauso e outro digno de vaias.

Desse modo, inicia-se precocemente a busca pelos cânones da beleza, pelos excessos de tarefas e pelas mercadorias que ganham status de necessidade. Mesmo com tudo isso, a satisfação e a almejada felicidade não parecem chegar. Pelo contrário, o sofrimento se espalha

com formato de psicopatologias. O TDAH acompanhado de sua medicação mais popular, a Ritalina, é um exemplo disso (MARTINHAGO, 2018). As depressões e as ansiedades são os sobrenomes da nossa época. As crianças estão crescendo numa sociedade que é adoecida, mas o discurso que impera é que o problema está “dentro” delas.

Diante dessas discussões, percebeu-se que as concepções dos estudantes de Psicologia que foram entrevistados não estão alheias a isso. As falas manifestaram a relação do sofrimento infantil com a produtividade, com o consumismo, com os padrões socialmente aceitos, como também consideraram – mesmo de forma cuidadosa – que o sofrimento estava atravessado pela ausência dos pais, ora lançando a responsabilidade sobre eles, ora sobre o contexto social do qual eles fazem parte. Os estudantes também assumiram uma posição de relutância com relação à patologização das crianças e não consideraram o sofrimento apenas como uma desarmonia biológica e sim um sintoma da nossa época.

Portanto, espera-se que a presente pesquisa estimule o debate sobre a relação entre sofrimento e infância e sirva como motor de reflexão para a formação do estudante de Psicologia, que precisa ser ouvido nas suas concepções sobre temas tão sensíveis à sociedade como o apresentado.

Referências

ARENHART, D; SILVA, M. R. Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares. **Cadernos CERU**, série 2, v. 25, n. 1, p. 59-82, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v25i1p59-82>.

BARBOSA, S. A. Mapeando as controvérsias que envolvem o processo de medicalização da infância. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, n. 1, p. 1-14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31213211>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, D. B. **Os usos e sentidos do metilfenidato**: experiência entre o tratamento e o aprimoramento da atenção. 2014. 182 f. Tese (Doutorado em) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/4724>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAPONI, S.; DARÉ, P. K. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: A psiquiatrização dos padecimentos no âmbito laboral e escolar. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 302-320, maio/ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n2p302>.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade liberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GAUDENZI, P. Ficções neurocientíficas e a medicalização das subjetividades na contemporaneidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 1-3, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00005818>.

GOTZSCHE, P. C. **Medicamentos mortais e crime organizado** – como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica. Porto Alegre: Bookman, 2016.

GUATTARI, F. **Revolução molecular: pulsões políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Pairus, 2001.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LINHARES, E. D.; TEIXEIRA, I. A influência dos dispositivos móveis na dinâmica da família contemporânea. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 4, n. 2, p. 37-49, jun. 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/227>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MARTINHAGO, F. TDAH e Ritalina: neuronarrativas em uma comunidade virtual da Rede Social Facebook. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3327-3336, out. 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182310.15902018>.

MARTINS, A. K. S.; FEITOSA, M. Z. S.; LIMA, A. F.; BOMFIM, Z. A. C. Identidades fetichizadas e a fala do especialista: reflexões sobre a convocação do psicólogo para a legitimação de (id)entidades “doentes”. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 4, n. 9, p. 126-146, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68697>. Acesso em: 15 mar. 2022.

NEUMANN, D. M. C.; MISSEL, R. J. Família digital: a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 75-91, jul./dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200007http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2022.

PERRUSI, A. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos: saúde mental e individualidade contemporânea. **Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 139-159, jan./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-20702015017>.

RHODES, L.; ORLOWSKI, J. **O dilema das redes** [filme]. Estados Unidos: Netflix, 2020.

RIBEIRO, A. S.; GONÇALVES, G. A.; TEODORO, E. F.; BATISTA, S. A.; FERREIRA, P. H. Psicopatologia na contemporaneidade: análise comparativa entre o DSM-IV e o DSM-V. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, RJ, v. 32, n. 1, p. 46-56, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5674>.

ROVERI, F. T.; SANTOS, A. C. P. M. Mídia, consumo e publicidade: refletindo sobre o brincar na educação infantil. **Espaço pedagógico**, Passo Fundo, v. 23, n. 1, p. 157-170, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5335/rep.v23i1.6362>.

SANDEL, M. J. **O que o dinheiro não compra**: os limites morais do mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SANDEL, M. J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SIGNOR, R. C. F.; SANTANA, A. P. O. A constituição da subjetividade na criança com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 210-228, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2176-457340739>.

TAVARES, L. A. T. **A depressão como “mal-estar” contemporâneo: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

THIENGO, D. L.; CALVACANTE, M. T.; LOVISI, G. M. Prevalência de transtornos entre crianças e adolescentes e fatores associados: uma revisão sistemática. **J. Bras. Psiquiatr.**, v. 3, n. 4, p. 360-72, out./dez. 2014. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000046>.

WHITAKER, R. The case against psychiatric drugs. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 1-16, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69290>. Acesso em: 15 mar. 2022.

WHITAKER, R. **Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

Recebido em: 22/12/2021.

Aceito em: 23/03/2022.